

*Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional**

ZENY DUARTE**

Resumo

Breve revisão do termo arquivo na dinâmica dos estudos conceituais contemporâneos. Discute-se a atual formação do arquivista diante da sociedade do conhecimento, o potencial do profissional de arquivos na gestão de documentos, no resgate e preservação da memória histórico-cultural e como investigador no processo de organização dos acervos. A formação do arquivista no Brasil, em especial na Bahia. O arquivista como agente participante das políticas estratégicas das instituições. Apresenta-se um estudo crítico em torno da formulação do currículo de Arquivologia e focaliza-se a importância da participação do arquivista na produção do conhecimento e no desenvolvimento socioeconômico, político, histórico e administrativo das instituições públicas e privadas. Destaca-se a formação humanística desse profissional.

Palavras-chave: *Arquivo – conceito; Arquivista – formação; Arquivologia – currículo; Sociedade do conhecimento e Arquivologia*

Abstract

A brief review of the scientific term for archives in the dynamism of modern conceptual studies. The article discusses the present training for the archivist's career before the knowledge society, his/her potential in the records management, in the recovery and preservation of the historical and cultural memory and as a researcher in the organization process of the archives. The archivist's training in Brazil, especially in Bahia. The archivist as a participant agent in the strategic policies of the institutions. A critical study about the formulation of

* Parte deste artigo foi objeto de comunicação no II Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, de 23 a 27 de Julho de 2006.

** Professora Adjunta do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil; pós-doutoranda da Secção de Ciência da Informação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património – FLUP, Universidade do Porto, bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal.

the curriculum of archival science is presented and the importance of the archivist's participation in the knowledge production and in the social, economic, political, historic and administrative development of public and private institutions is focused. The humanistic training of that professional is highlighted.

Key-words: Archives – concept; Archivist – training; Archival science – curriculum; Knowledge society and the Archival Science

O ARQUIVO

Diante da complexidade do papel dos arquivos na sociedade contemporânea, a Arquivologia tem provocado reflexões e revisões de conceitos por parte de pensadores consagrados. Os estudos de Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze e outros defendem o arquivo contra quem o entende como assunto acessório e menor.

A propósito, Derrida (1997, p.9) apresenta a questão: “¿Por qué reelaborar hoy en día un concepto del archivo? En una sola y misma configuración, a la vez técnica y política, ética y jurídica?”¹

Embora considerando válidas tais reflexões, entendemos que elas indicam a vontade de boa parte dos pesquisadores de arquivo de terem acesso sem restrições à documentação de que precisam.

No entanto, o tratamento arquivístico dos documentos é coordenado pela técnica, política, ética, legislação e direito. Essa é uma configuração que tem promovido debates sobre a teoria e a prática da Arquivologia. As normas impõem aos arquivos certa impossibilidade de serem vistos conforme anunciam os estudos contemporâneos.

O arquivo é memória e esta, por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente. A memória só é pensável como arquivo quando se pretende determiná-lo enquanto monumentalidade. Trata-se de um termo possuidor de definições polissêmicas e polêmicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e memória.

Para Foucault (1972), a noção de arquivo foi tema central da fase em que escreveu “Arqueologia do saber” e o conceito foi dado enquanto “estratégia de rememoração”, pondo em evidência as estruturas conceptuais que determinavam as articulações entre o saber e o poder, estabelecendo o que é interdito e o que é permitido. O pensamento de Foucault explorou os modelos de poder nas várias

¹ “Por que elaborar hoje em dia um conceito de arquivo? Numa só e mesma configuração, ao mesmo tempo técnica e política, ética e jurídica?” (Tradução nossa).

sociedades, e a forma como este se relaciona com as pessoas. Quanto ao conceito de arquivo, ele afirma que:

Ce terme n'incite à la quête d'aucun commencement; il n'apparente l'analyse à aucune fouille ou sondage géologique. Il désigne le thème général d'une description qui interroge le déjà-dit au niveau de son existence: de la fonction énonciative qui s'exerce en lui, de la formation du discours à laquelle il appartient, du système général d'archive dont il relève. L'archéologie décrit les discours comme des pratiques spécifiées dans l'élément de l'archive².

Diante da complexidade do mundo dos arquivos, os estudiosos das diversas áreas do conhecimento humano despertam para a relevância deles em seus ambientes de pesquisa. Unindo-se aos demais mencionados, Melot (1986, p.18) diz que “a mania do arquivo tem a ver com a procura de legitimação de uma forma de sociedade que destrói crescentemente seus objetos”.

Ora, o fenômeno “arquivo” vai além de qualquer conceito. É mesmo uma categoria da experiência. Nesse campo, desempenhar o papel de revisor e intérprete de documentos pessoais revela fenômenos ilimitados. E, ainda, Derrida (1995, p.98) observa:

(...) el archivo reserva siempre un problema de traducción. Singularidad irremplazable de un documento que hay que interpretar, repetir, reproducir, más en su unicidad original cada vez; un archivo debe ser idiomático y, por tanto, a la vez ofrecido y hurtado a la traducción, abierto y sustraído a la iteración y a la reproductibilidad técnica³.

O autor considera o arquivo possuidor de problema de tradução, talvez porque se constitua de documentos únicos e insubstituíveis, que, certamente, passam por várias formas de interpretação, repetição e reprodução. Essa maneira de vê-lo condiz com as reflexões que se encontram no próximo item deste texto.

Há grandes discussões, e muito bem vindas, acerca do conceito de arquivo. De fato, este apresenta espaço de investigação conduzindo, analogicamente, a estudos de escavação arqueológica⁴. Quaisquer que sejam as formas de sua concepção, o arquivo possui um universo rico de elementos que devem ser explorados para que

² “Esse termo não incita na busca de nenhum princípio; não aparenta a análise em nenhuma escavação ou sondagem geológica. Designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência: da função enunciativa que se exerce nele, da formação do discurso à qual ele pertence, do sistema geral de arquivo do qual depende. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.” (Tradução nossa).

³ “O arquivo reserva sempre um problema de tradução. A singularidade insubstituível de um documento que se tem de interpretar, repetir, reproduzir, mais em sua unicidade original todas as vezes; um arquivo deve ser idiomático e, portanto, ao mesmo tempo oferecido e furtado à tradução, aberto e subtraído à interação e à reprodutibilidade técnica.” (Tradução nossa).

⁴ Este estudo não tem o objetivo de aprofundar leituras que tratam da arqueologia dos documentos, nem explorá-las nos campos em que cada uma delas poderá emergir. Consideramos apenas, e como ponto de partida, que há similaridades entre as atividades do profissional da informação e as do arqueólogo, etnólogo, antropólogo, filólogo, etimólogo, linguísta, paleógrafo, dentre outros estudiosos, assunto que poderá ter prosseguimento numa próxima comunicação.

se possa ter acesso às variadas possibilidades de acesso à informação. Conforme Paz, et al. (2004, p.1), “a importância dos arquivos cresceu à medida que se desenvolveram os conceitos sociais, econômicos e culturais da humanidade”.

Por outro lado, não é possível estabelecer um só conceito de arquivo. Os ensinamentos teóricos da Arquivística (para alguns países) ou Arquivologia (para outros, denominação mais utilizada no Brasil), nos remetem a reflexões, primeiro, sobre o termo e segundo, sobre o seu significado (o conceito). Na atualidade, os acontecimentos são transmitidos por cadeia simultânea e com os recursos da tecnologia da informação. O conceito de arquivo parece ser deliberado como subalterno ao avanço dos novos suportes da informação. Paradoxalmente e sem camuflar o real valor do significado de arquivo, todo e qualquer suporte da informação tem no seu destino um espaço onde será anexado a outros dados, culminando no que se entende por arquivo.

Quando se fala de arquivo, associam-se a ele conceitos de documentos e de informação. Essa é a base para o entendimento de seu contexto. Não importa o tipo de informação que foi gerado e não se pode depreciar um dado informacional em detrimento de outro. No final, ter-se-á concebido um documento de arquivo, que deverá receber tratamento a partir dos mecanismos que lhe facilitem o acesso e a recuperação da informação guardada e por ele contextualizada.

Transportamo-nos a algumas proposições epistemológicas abordadas por Silva e Ribeiro (1998), quando apontam para o fato de que o objeto da Arquivologia não é apenas o arquivo, nem só os documentos, mas também a informação social estruturada e dinamizada de forma sistêmica. Nessa abordagem, a caracterização sistêmica tem um valor instrumental, ou seja, visa à universalização científica do conhecimento arquivístico através de um conjunto variável e cumulativo de princípios gerais demonstráveis, dos específicos para os genéricos.

Nota-se nesse estudo rupturas paradigmáticas da teoria arquivística. Thomasen (2001) apresenta revisão sobre a necessidade de se encontrar o núcleo da Arquivologia, o seu objeto. Para os autores citados, o objeto da Arquivologia deixa de ser simplesmente o arquivo. Os dois primeiros apresentam a idéia de informação social estruturada, dinamizada e sistematizada. O segundo entende o conceito de informação arquivística destacando os dados informacionais gerados pelos processos administrativos e por eles estruturados, de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional de tais processos seja o ponto de partida. Dessa maneira, ele introduz nos estudos terminológicos da área um conceito que se caracteriza por uma dualidade de objeto, uma vez que se refere à informação arquivística – uma (re)leitura do conteúdo do documento sob o prisma de variações lingüísticas e semânticas. Mesmo com as novas introduções conceituais e o novo pensar arquivístico, constata-se que prevalece a análise contextualizada dos dados registrados no documento, do seu conteúdo, o estudo sobre o motivo de sua produção (sua gênese) e suas referências diplomáticas.

O ARQUIVISTA

A partir da concepção de arquivo, parte-se para a revisão do que se denomina o arquivista. Quem é esse profissional? Será que a dimensão da formação do arquivista se reduz aos procedimentos definidos por instâncias governamentais do ensino superior responsáveis pela definição da grade curricular dos cursos de Arquivologia? A função do arquivista deve estar direcionada à gestão de documentos e ao resgate da memória e da informação, como profissional que simplesmente atende a pedidos? Ou, ao contrário, deve-se repensar o perfil desse profissional, observando o seu valor enquanto indivíduo e a sua condição de cidadão inserido na sociedade do conhecimento, convivendo numa teia de interações entre a sua realidade regional e o mundo global?

O arquivista tem sido orientado para satisfazer necessidades informativas, de modo que a administração desenvolva suas funções com rapidez, eficiência, eficácia e economia, para salvaguardar direitos e deveres das pessoas, contidos nos documentos, e para tornar possíveis a pesquisa e a difusão cultural. Com essa visão, dá-se a ele a denominação de profissional da informação. Nessa perspectiva (McGarry, 1999, p.158) afirma:

Temos estudado corpos de conhecimentos que são na verdade sistemas sociais, cada qual com uma perspectiva cultural e sistema de comunicação próprio. Conforme nos adverte um pesquisador da área, ele usa a expressão 'comunidades de conhecimento' de forma mais ampla e solta do que 'comunidades de disciplinas'. Nesse sentido do conceito, 'profissionais da informação' se qualificaria como uma comunidade de conhecimento, sendo a comunicação (a não-comunicação) da informação na sociedade sua preocupação central.

Dessarte, entendemos a denominação de profissional da informação como a mais aproximada das ações desenvolvidas pelo gerenciador de projetos e planejamentos de sistemas de informação em instituições documentais, arquivísticas ou não. Há também de se refletir sobre os componentes curriculares dos cursos de preparação desse profissional. Vivenciamos no cenário brasileiro a experiência com base na chamada "formação unificada", que é um conceito questionado e que poderá conduzir os projetos pedagógicos dos cursos ao condicionamento de necessidades preestabelecidas pelas instituições reguladoras do ensino superior. Segundo Michel Duchein (1993), "não é preciso dissimular que será cada vez mais difícil, e até mesmo impossível, dar apenas uma única e mesma formação a todos os arquivistas, que irão exercer suas funções em contextos muito diferentes".

Portanto, a formação pode ser unificada em seus objetivos, concepções, prioridades e estratégias de implantação, mas deve ser descentralizada quanto à sua elaboração e implementação, levando em conta as especificidades de cada localidade.

Considerada uma formação universitária ainda em busca de identidade própria, a Arquivologia trilha por caminhos suscetíveis e questionáveis no que diz respeito

ao seu corpo teórico e epistemológico. O que a leva a essa característica? No Brasil, ela se apresenta como subárea do conhecimento concebida no berço da Biblioteconomia e da História, fixando-se na área da Ciência da Informação. Assim, nota-se o quanto ainda se tem de imprecisão e influência em sua base teórica e na aplicação de seus métodos. Analisando caso a caso, detectar-se-á que a formulação dos cursos de Arquivologia passaram por mãos de bacharéis e docentes de Biblioteconomia e História. É reconhecida a contribuição dos profissionais que se dispuseram a elaborar projetos de cursos de Arquivologia nas universidades brasileiras. Esse, inclusive, é um bom tema para texto mais demorado e específico sobre a questão de simulacros vivenciados, na prática, pelas disciplinas oferecidas nos cursos de formação.

A Arquivologia no Brasil se constitui área profissional autônoma, embora não se tenha encontrado saída para a sua verdadeira independência, ficando relacionada ao campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

Tendo participado do projeto de criação do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, pudemos observar que a participação dos professores do curso de Biblioteconomia foi de grande relevância. No entanto, a tradição de manter um corpo de disciplinas comuns aos dois cursos vem apresentando certo impedimento no que diz respeito ao seu avanço como área autônoma do conhecimento, constituída de estatuto científico.

Um outro aspecto a dificultar é a falta de concurso para docentes da área, incidindo na presença de professores dos cursos de Biblioteconomia nas disciplinas profissionalizantes de Arquivologia. Na tentativa de suprir essa lacuna, as universidades costumam contratar professores substitutos para as disciplinas de formação. Todavia, essa é uma opção que não tem resolvido a deficiência, tornando a situação impraticável por manter tais professores por um tempo máximo de dois anos.

Por deliberação do Ministério da Educação - MEC, os cursos passaram a ser avaliados e um dos pontos considerados críticos na classificação deles tem sido o número insuficiente de docentes especialistas na área. Com esse indicativo nos relatórios dos avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, os departamentos e coordenações passaram a rever a real possibilidade de abertura de concursos para docentes das disciplinas dos componentes curriculares de Arquivologia. Somente nos últimos dois anos têm-se realizado concursos públicos para docentes efetivos dos quadros em universidades que oferecem o curso.

Constata-se, então, que as primeiras turmas de bacharéis dos cursos de Arquivologia obtiveram formação experimental, mas as porvindouras lograrão uma realidade diferenciada, com mais aproximação da proposta pedagógica e do perfil profissional.

Ante a instalação acelerada da indústria da informação, a Arquivologia surge com mais vigor e possibilidade de atingir o seu objetivo enquanto área do saber. Esse aspecto estimula e promove o seu estado de arte, mas passa a incomodar os que ainda consideram a possibilidade de, além do arquivista, outro profissional da informação ser capaz de planejar e administrar projetos em instituições arquivísticas.

Na coordenação do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia, durante quatro anos consecutivos, tivemos a oportunidade de vivenciar o processo de transformação de seu currículo pedagógico e, conseqüentemente, da formação do bacharel. As três primeiras turmas formadas vivenciaram um processo de busca da identidade própria da profissão e as dificuldades de adaptação dos professores de outras áreas que não tinham especialização em Arquivologia, nem possuíam experiência em arquivo.

As turmas de discentes dos anos subseqüentes passaram a ter mais possibilidades de estabelecer conexão com seus objetivos profissionais e com a graduação escolhida. A partir do interesse de professores efetivos do curso em aprofundar seus conhecimentos como docentes de disciplinas de Arquivologia e mediante a entrada de especialistas na área, elas obtiveram mais segurança quanto à sua preparação profissional.

Outra situação comum a esse curso no Brasil é a ausência de divisão departamental condizente com uma administração apropriada aos seus reclamos, haja vista as poucas conquistas referentes ao número de vagas de concursos para docentes. Do mesmo modo como se diz que a Arquivologia nasceu no berço de outras áreas, ela permanece emprestada à administração de outras unidades de ensino.

Quando o curso não está vinculado ao departamento de Biblioteconomia e Documentação, é lotado no de Ciência da Informação ou noutros departamentos que abarcam componentes temáticos de cursos das Ciências Sociais ou Humanas. Ou seja, as unidades que administram os cursos de Arquivologia são, na maioria das vezes, responsáveis também pela administração de outros cursos de graduação. Observando as apresentações dos cursos de Arquivologia das universidades brasileiras, o único que se encontra ligado a um departamento - Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos - delineado para sua própria administração, é o de Arquivologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também conta com uma estrutura acadêmica chamada Escola de Arquivologia.

O arquivista e o fim da era pós-custodial

Nos recentes debates sobre o papel do arquivista na era da informação, a idéia de que esse profissional precisa se preparar para a era pós-custodial dos arquivos, é repetidamente expressa. Duchein (1993), a esse respeito, diz: “é essencial que os arquivistas não depreciem seu papel como guardiões dos documentos, um papel

oficialmente reconhecido pelas várias leis nacionais sobre prova documental". Entretanto, os arquivistas devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais neste século.

Reportando-nos, *en passant*, à historicidade da Arquivologia, lembramos que, quando os homens aprenderam a consignar por escrito os atos necessários a sua vida social, política e econômica, procuraram logo assegurar a conservação dos documentos. Nas escavações do palácio de Assurbanípal (rei da Síria, de cujo reinado restaram-nos esculturas e importante acervo), os arqueólogos atualizaram numerosas tabuinhas cuneiformes e descobriram em Ugarit (antiga cidade da costa fenícia na região da Ásia Menor) um arquivo organizado.

No princípio, um arquivo organizado certamente satisfazia às necessidades emergenciais de seus produtores e custódios. A revolução promovida pelo advento da tecnologia da informação desconstruiu essa visão de custódia e, atualmente, o arquivista precisa receber formação que o torne receptivo ao comportamento da sociedade do conhecimento e da informação.

Todo esforço deve ser direcionado à promoção de um novo pensar arquivístico, considerando indagações próprias para uma nova era: a posição da Arquivologia na Ciência da Informação - realidade ou falta de opção? Quais os programas de extensão nos cursos de Arquivologia? A pós-graduação *lato sensu* em Arquivologia: avanço ou interrupção? Cursos *stricto sensu*: onde estão as áreas de concentração e linhas de pesquisa que contemplam temáticas da Arquivologia? Qual a real situação da Arquivologia nas aprovações de projetos contemplados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e por outras instituições de apoio à pesquisa? Como aproximar, efetivamente, os arquivos públicos dos cursos de Arquivologia? Como resolver o problema da carência de docentes especialistas, mestres e doutores nessa área? Ter ou não ter um Conselho Federal de Arquivologia? Como fazer com que instituições públicas, privadas e Organizações Não-Governamentais - ONGs absorvam bacharéis em Arquivologia em seus quadros de funcionários? Existe um programa nacional de estudos sobre a reestruturação curricular dos cursos de Arquivologia? Os projetos pedagógicos são elaborados contemplando bases filosóficas e pedagógicas e inserindo-se na realidade socioeconômica da região? A Arquivologia encontra suporte para a realização de cursos a distância?

Urge direcionar o projeto pedagógico do curso de Arquivologia para capacitar profissionais que acompanhem e implementem projetos estratégicos de produção e disseminação do conhecimento. Além disso, ainda não se reconhece, como deveria, a imprescindível presença desse profissional no desenvolvimento administrativo, sociopolítico e econômico das instituições e, sobretudo, da máquina administrativa do Estado.

São múltiplas as possibilidades do bacharel em Arquivologia no mercado de trabalho. Ele pode atuar em instituições arquivísticas, em setores de documentação ou informação, em centros culturais, serviços ou redes de informação, em órgãos de gestão do patrimônio cultural ou noutros responsáveis pela salvaguarda de acervos documentais.

Outro aspecto que deve merecer atenção especial nos estudos curriculares é o direcionamento de programas de disciplinas de preservação de acervos documentais que respondam à expectativa da demanda social em relação à preservação da memória das instituições documentais. Estamos focando a realidade de um país que não envida esforços na preservação de sua memória. De um país que, em seus quadros de servidores, na maioria das repartições públicas, não possui profissional capaz de desenvolver ações em prol da documentação histórica, preservando-a e garantindo o acesso a documentos desconhecidos que se encontram como escombros ou limbo de organismos, mas que são verdadeiramente o tesouro informacional para o seu desenvolvimento social e avanço cultural. A propósito, lembremos os arquivos das instituições jurídicas, dos tribunais de toda ordem, das universidades brasileiras, dos hospitais, das instituições bancárias, das secretarias de governo estadual e municipal, dos setores eclesiásticos, das casas civis e dos Poderes da União.

Como sabemos, as universidades que mantêm cursos de Arquivologia não apresentam, em sua maioria, seus próprios arquivos organizados, como modelo para as demais instituições. Além disso, os cursos não desenvolvem planos de estudos sobre o seu *marketing*. Assim, poderíamos estar difundindo o *marketing* da Arquivologia como área prioritária da sociedade do conhecimento, assegurando o resgate da memória arquivística do país, das instituições e da sociedade.

Para isso, cabe às instituições de ensino superior promover mudanças na concepção do ensino tradicional da Arquivologia no Brasil, capacitando profissionais da gestão da informação, fornecendo conhecimentos básicos a fim de situar a problemática arquivística dos contextos tecnológico, econômico, produtivo, comercial e histórico de instituições públicas, privadas e de ONGs e provendo embasamento teórico no reconhecimento e leitura dos conjuntos documentais diversos.

Ainda no que tange à concepção do currículo, assistimos à prática da concepção tecnicista do arquivista (neotecnicismo), com ênfase nos aspectos pragmáticos da formação. A opção por esse modelo nega a trajetória de movimentos de classe de profissionais da informação e de estudantes de Arquivologia, na luta pela melhoria de suas condições.

O arquivista, no desempenho de sua função de gestor, deve estar apto a trabalhar as soluções de tratamento funcional da informação e atender às demandas administrativas, jurídicas e técnico-científicas das instituições. Seu perfil profissional

supõe acompanhamento da evolução das tecnologias da informação e da produção do conhecimento e domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira. Isso faz o seu diferencial, embora, na crescente competitividade, já possa ser considerado uma competência banal.

O arquivista investigador

Organizar um acervo documental é mais do que implementar um sistema de arquivo que atenda à necessidade dos pesquisadores e estudiosos de maneira geral. Na verdade, deparar-se com uma documentação exige do arquivista um estudo aprofundado a partir de escavação cuidadosa, permitindo não somente a organização arquivística do acervo, mas, ao mesmo tempo, a análise temática representativa, interpretativa e precisa das peças. Assim, durante todo o tempo, esse profissional exerce, concomitantemente, o papel de arquivista e investigador. É com essa dimensão de seu trabalho que ele se projeta na realização de pesquisas e no âmbito social, compartilhando conhecimento com os demais pesquisadores.

É possível e pertinente a participação do arquivista no desenvolvimento das pesquisas em acervos, quer sejam históricos, quer não, apresentando, inclusive, substrato das investigações realizadas, como ponto de partida do tratamento que será destinado.

Devido à imensa gama de dados informacionais, muitas abordagens sobre o acervo poderão ser apresentadas, o que vai, certamente, gerar novas informações a partir do recolhimento de outros documentos a serem analisados e descritos em futuros artigos com possibilidade de publicação.

O currículo de Arquivologia não pode ficar à parte na visão contemporânea da formação acadêmica dos estudantes do ensino superior. Portanto, não se trata de preparar um projeto pedagógico e realizá-lo sem observar que, na prática, tem-se que valorizar a própria capacidade imaginativa do estudante. Os programas das disciplinas devem ser direcionados à formação de profissionais que reflitam, desconstruam e reelaborem procedimentos metodológicos a partir de (re)leituras de textos técnico-científicos e de elaboratos a partir de uma mundividência não-pronta, não-acabada e aberta a críticas e modificações. Ao final do período de ensino-aprendizagem, o estudante deverá estar apto a acompanhar o desenvolvimento da sociedade no que se refere à gestão da informação e produção do conhecimento. Convém que ele apresente os resultados do que foi perquirido e pesquisado em etapas naturais e seqüenciais da atividade acadêmica, adotando posicionamento reflexivo, crítico, criativo e atendendo ao conteúdo e à forma exigidos pela pesquisa.

Por conseguinte, o currículo deve contemplar as exigências da sociedade do conhecimento e a constante mutação do homem contemporâneo, sua aproximação cada vez maior dos valores de cidadania e, conseqüentemente, a necessidade de atualização dos saberes, favorecendo a formação do arquivista humanista. Nesse sentido, o engajamento do aluno na vida acadêmica permite que ele reconstrua seu próprio conhecimento e o articule com a sua realidade, assimilando o saber técnico, o científico e, sobretudo, o humanístico. Para isso, naturalmente é importante que ele se disponha a profissionalizar-se e assuma a responsabilidade da sua própria aprendizagem e crescimento.

REFERÊNCIAS

- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Madrid: Editorial Trotta S.A., 1997. 105 p.
- DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio; CARVALHO, Gilda. Projeto pedagógico do curso de Arquivologia da Ufba: reestruturação curricular. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTEGRAR, 1. *Anais...* São Paulo: Febab; AASP, 2002.
- DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. *O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico*. Salvador: ICI, 2005. 230 p. il.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972. 260 p.
- McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Tradução Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206 p.
- MELOT, Michel. Des archives considérées comme une substance hallucinogène. *L'Archive*, [s.l.], n. 36. 1986. p.18.
- PAZ, Joseane Maria da; et al. *A responsabilidade dos arquivos nas tomadas de decisões*. *Biblios*, 5 (18), abr./set. 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00002400/01/2004_20.pdf>. Acesso em: 31 out. 2006.
- SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998. 254 p. (Biblioteca das Ciências do Homem, Série Plural, 2).
- THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. *Archival Science*, Amsterdam, n.1, p. 373-385, 2001.

